



# Práticas ambientais e agroecológicas desenvolvidas em projeto universitário de hortas comunitárias e pedagógicas

CASSIANE DA COSTA  
BIANE DE CASTRO  
CLEONICE RUBIM MACHADO  
JOSIELI DE OLIVEIRA RODRIGUES  
PAULO SÉRGIO SANTANA

Environmental and agro-ecological  
practices developed in a university  
project for community and  
pedagogic gardens

## Práticas ambientais e agroecológicas desenvolvidas em projeto universitário de hortas comunitárias e pedagógicas

Environmental and agro-ecological practices developed in a university project for community and pedagogic gardens

**PALAVRAS-CHAVE:**  
DEMANDAS  
SOCIAIS. RELATOS.  
ALIMENTAÇÃO  
SAUDÁVEL.

**RESUMO** O objetivo desse trabalho foi entender e comunicar as práticas ambientais e agroecológicas desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão sobre hortas comunitárias e pedagógicas desenvolvidas no município de Santana do Livramento/RS durante os anos de 2022 e 2023. Para alcançar o objetivo do artigo, optamos pela Sistematização de Experiências. Esse projeto é importante e contribui de forma consistente com a promoção da segurança e da soberania alimentar no território onde a Uergs está inserida. A universidade pública tem seu papel nessa transformação e precisa efetivamente ir além dos seus muros e somar forças como iniciativas comunitárias e políticas públicas para construir “mundos menos desiguais”. Trabalha-se a partir dos princípios da agroecologia, garantindo a produção de “comida de verdade”, alimentos saudáveis e que dialogam com a cultura local. Mesmo com escassos recursos, diversas foram as iniciativas promotoras de melhores técnicas conservativas e de sustentabilidade para o ambiente e para os sistemas de base agroecológica. Essas iniciativas coletivas de aproveitamento de materiais partiram de todos os elos dessa integração (comunidade, estudantes, egressos e docentes), fazendo dessas trocas intensas experiências e aprendizagens do que significa fazer parte do projeto.

**KEYWORDS:**  
SOCIAL DEMANDS.  
REPORTS. HEALTHY  
EATING.

**ABSTRACT** The objective of this work was to understand and communicate the environmental and agroecological practices developed within the scope of the extension project on community and pedagogical gardens developed in the municipality of Santana do Livramento/RS during the years 2022 and 2023. To achieve the objective of the article, we opted for the Systematization of Experiences. This project is important and consistently contributes to the promotion of food security and sovereignty in the territory where Uergs operates. The public university has its role in this transformation and needs to effectively go beyond its limits and join forces with community initiatives and public policies to build “less unequal worlds”. It works based on the principles of agroecology, guaranteeing the production of “real food”, healthy foods that dialogue with the local culture. Even with scarce resources, there were several initiatives promoting better conservation and sustainability techniques for the environment and for agroecologically based systems. These collective initiatives for the use of materials started from all the links of this integration (community, students, graduates and professors), making these exchanges intense experiences and learning about what it means to be part of the project.

**CASSIANE DA COSTA** *Doutora em Extensão Rural, Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).*  
*E-mail: cassiane-costa@uergs.edu.br*

**BIANE DE CASTRO** *Doutora em Fitotecnia, Professora da UERGS.*  
*E-mail: biane-castro@uergs.edu.br*

**CLEONICE RUBIM MACHADO** *Acadêmica de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (DRGA), UERGS. E-mail: cleonice-machado@uergs.edu.br*

**JOSIELI DE OLIVEIRA RODRIGUES** *Bacharel em DRGA, Acadêmica de Agronomia, UERGS.*  
*E-mail: josieli-rodrigues@uergs.edu.br*

**PAULO SÉRGIO SANTANA**  
*Engenheiro Agrônomo, UERGS. E-mail: oluap.pt@gmail.com*

O projeto contou com apoio do Edital Projetos Sociais Sicredi em 2022 e conta com duas bolsas de extensão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul em 2023.

**INTRODUÇÃO** Caro(a) leitor(a), o(a) senhor(a) já teve fome? Já passou por situações onde queria comprar verduras e frutas para si próprio e sua família, especialmente crianças, mas não tinha dinheiro para fazê-lo? Muitas pessoas vivem isso no seu cotidiano, no município de Santana do Livramento/RS, assim como em outros. Podemos contribuir para mudar essa triste realidade, ou ao menos amenizá-la. A universidade pública tem seu papel nessa transformação e precisa efetivamente ir além dos seus muros e somar forças como iniciativas comunitárias e políticas públicas para construir “mundos menos desiguais”. A educação é o caminho para tanto, não temos dúvidas.

Em 2022 iniciamos um projeto de extensão voltado a hortas comunitárias e pedagógicas a partir da solicitação de representantes de projetos sociais no município de Santana do Livramento/RS, localizado na Fronteira Brasil-Uruguaí. No final do ano vimos crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica sorrindo comendo morangos agroecológicos colhidos nessas hortas. Cabe ressaltar que uma bandeja desses morangos custava cerca de 30 reais no município. Dificilmente essas crianças poderiam acessar esse alimento de outra forma. Guardamos essas imagens na memória para incentivar a continuidade do projeto em 2023, pois somente essas cenas valeram todos os esforços mobilizados na ação durante o primeiro ano. Assim, resolvemos continuar.

O projeto de extensão foi realizado em 2022 por equipe composta de docentes e discentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), unidade Santana do Livramento, em parceria com a Cooperativa Regional dos Assentados da Reforma Agrária (Coperforte), SICREDI, Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, através da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA), SENGE Solidário (Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul) e Universidade Federal da Campanha (UNIPAMPA). Conseguimos alcançar ótimos resultados na promoção da segurança e soberania alimentar através da criação de quatro hortas, sendo duas comunitárias e duas pedagógicas.

Denominamos hortas comunitárias as desenvolvidas na ONG Clube de Mãe Nossa Senhora, Bairro São Paulo, pela Dona Zoraide e na sede do projeto comunitário sediado na casa de Dona Ironдина (ligado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), no Bairro Simão Bolivar. Ambas as comunidades são consideradas periféricas no município. Esses projetos sociais, mobilizados a partir da comunidade recebem doações, preparam e distribuem alimentação no local para pessoas que precisam, especialmente crianças. Já como hortas pedagógicas nos referimos às desenvolvidas no Lar de Infância Daniel Albornoz, ONG que atende crianças que são retiradas da família por determinação judicial e que está localizada na região central da cidade; e na Cidade dos Meninos, antigo abrigo de meninos que atualmente é uma escola infantil filantrópica que funciona em turno integral no bairro Jardins.

Já em 2023 o projeto continua suas atividades nas quatro hortas. Ele conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, através da SMAPA e do SENGE Solidário. Nesse ano, por falta de recursos institucionais, o financiamento é feito pela comunidade, através de compra de rifa. Além disso, conta com o financiamento de duas bolsas estudantis por parte da universidade.

Esse projeto é importante e contribui de forma consistente com a promoção da segurança e da soberania alimentar no território onde a Uergs está inserida. Trabalha-se a partir dos princípios da agroecologia, garantindo a produção de “comida de verdade”, alimentos saudáveis e que dialogam com a cultura local, como é o caso de melão gaúcho e melancias crioulas propagadas através de sementes crioulas.

Não basta produzir comida, é necessário produzir “comida de verdade”, sem contaminantes, alimento saudável e nutritivo com história atrelada ao território. Também é necessário garantir o acesso de todas as pessoas a esses alimentos. Esse projeto contribui nesse sentido, promovendo a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral através de práticas pautadas nos princípios da agroecologia. Considerando esse contexto, o objetivo desse artigo foi entender e comunicar as práticas ambientais e agroecológicas desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão sobre hortas comunitárias e pedagógicas desenvolvidas no município de Santana do Livramento/RS durante os anos de 2022 e 2023.

**METODOLOGIA** Para alcançar o objetivo do artigo, optamos pela Sistematização de Experiências. Conforme Holliday (2006), sistematização de experiências é um instrumento importante para refletir sobre experiências, aprimorá-las, divulgá-las e orientar a criação de políticas públicas que promovam a sustentabilidade. Trata-se de um exercício realizado a partir de experiências práticas concretas voltado à compreensão, ao aprendizado e à comunicação desse aprendizado. Esse instrumento envolve a reconstrução ordenada da experiência, a produção de conhecimentos, a conceitualização da prática e a participação.

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (HOLLIDAY, 2006, p. 24).

A sistematização acontece a partir de cinco passos: ponto de partida, as perguntas iniciais, recuperação do processo vivido, a

reflexão de fundo e os pontos de chegada. No ponto de partida, inicia-se a construção a partir da experiência prática, sendo necessário que as pessoas que conduzem a sistematização tenham participado dessa experiência e existam registros do processo. Nas perguntas iniciais são definidos os objetivos (para que sistematizar), o objeto a ser sistematizado e o eixo da sistematização. Na recuperação do processo vivido é realizada a reconstrução da história, a ordenação e a classificação das informações. a reflexão de fundo é realizada a interpretação crítica do processo. Por fim, através do ponto de chegada são apresentadas as conclusões e é comunicada a aprendizagem (HOLLIDAY, 2006).

A sistematização de experiências tem importante papel na agroecologia. Conforme Petersen (2006), existem muitas práticas inovadoras desenvolvidas com base nos princípios da agroecologia que podem funcionar como faróis para iluminar caminhos através da comunicação dos aprendizados. Nesse sentido, muitos grupos têm se dedicado a sistematizar experiências agroecológicas no Brasil promovendo o diálogo entre a prática e a teoria agroecológica e retroalimentando as experiências. Além disso, a sistematização promove a troca entre coletivos da agroecologia e possibilita a criação de políticas públicas condizentes com a realidade (PETERSEN, 2006).

Nesse caso, realizamos os passos elencados acima através da separação de fotografias e documentos referentes ao projeto referentes aos anos de 2022 e 2023, espaço de reflexão sobre o projeto realizado durante reunião com professoras e estudantes voluntários(as) no primeiro semestre de 2023 e espaço de reflexão sobre o projeto realizado com professoras e bolsistas no segundo semestre de 2023. Também foram realizadas entrevistas com as lideranças de duas hortas comunitárias. A comunicação dos aprendizados é realizada através da publicação desse artigo na revista.

### **REFERENCIAL TEÓRICO: REFLEXÕES SOBRE QUESTÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA**

A questão ambiental foi colocada em evidência na década de 1970 pelo movimento ambientalista que criticava a lógica desenvolvimentista e os impactos ambientais causados a partir dela. A partir de 1987, no Relatório Brundtland, também conhecido como Relatório Nosso Futuro Comum, que foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED) da ONU, o conceito de desenvolvimento sustentável foi muito propagado. Esse conceito remete a um compromisso entre as gerações, de forma que a satisfação das necessidades da geração atual não comprometa a satisfação das necessidades das próximas gerações.

Para Sachs (2000) o desenvolvimento sustentável busca harmonizar objetivos ambientais, sociais e econômicos. Ele recomenda a utilização de oito critérios de sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional. No critério ecológico, o autor menciona a preservação do potencial da natureza na produção de recursos renováveis e a limitação de uso de recursos não-renováveis. No âmbito ambiental, menciona o apoio à autodepuração de ecossistemas naturais.

O desenvolvimento sustentável recebe uma série de críticas. Autores como Leff *et al.* (2002) entendem que essa é uma forma de dar sustentação à continuidade da lógica desenvolvimentista frente às

críticas. Assim, o conceito possibilitaria tratar a questão ambiental a partir da regulação do mercado. Nessa perspectiva, a ideia de desenvolvimento, e de desenvolvimento sustentável, colocam o sentido para a vida na produção, coisificando a natureza, transformando-a em matéria prima para a produção. Através do desenvolvimento sustentável se busca a exploração “conservacionista” da natureza. Esses autores defendem que o desenvolvimento sustentável mascara a degradação ambiental causada pelo crescimento e globalização econômica. Se provoca a desigualdade na apropriação e transformação da natureza através de iniciativas como o pagamento de países percebidos como desenvolvidos para emitir gases de efeito estufa acima do limite estipulado, através de cotas de emissões, utilizando países percebidos como não desenvolvidos. Enquanto isso, o aquecimento global continua. O desenvolvimento sustentável continua e intensifica o processo de destruição da natureza, mudando as formas de apropriação da natureza. Assim, a racionalidade econômica mostra que não pode ser sustentável. O discurso do desenvolvimento sustentável busca naturalizar a mercantilização da natureza. A economia ecológica questiona a capacidade do mercado de regular o equilíbrio ambiental e de internalizar os custos ambientais.

Conforme Zhouri e Laschefski (2010) o discurso sobre desenvolvimento sustentável foi sendo deslocado da defesa da reestruturação profunda da sociedade urbana-industrial-capitalista para a adequação da questão socioambiental ao modelo clássico de desenvolvimento. Esse processo foi acompanhado da criação de marcos regulatórios, da implementação de políticas ambientais institucionais e no setor privado na promoção da responsabilidade socioambiental das empresas e na abertura do diálogo com grupos ambientalistas e movimentos sociais.

A impressão que fica é a de que enquanto discursos que defendem medidas paliativas que não desagradam os interesses do mercado e a racionalidade moderna proliferam, “a boiada continua passando” na questão ambiental, seja no Brasil, ou fora dele. Para efetivamente enfrentar essa cruel realidade, a ideia de racionalidade ambiental pode ser interessante. A racionalidade ambiental é construída a partir da emergência de novos sentidos civilizatórios que nascem do saber ambiental, é construída nos processos sociais de reapropriação da natureza. Sua base é a ética da “outridade”, o diálogo de saberes e a política da diferença (LEFF, 2009). Nesse caminho, a agroecologia possibilita avançar, pois enquanto ciência, prática e movimento social, efetivamente promove a sustentabilidade e o bem viver.

Petersen (2013) entende a agroecologia a partir de três acepções: a) como teoria crítica à agricultura convencional e oferta de bases conceituais e metodológica para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; b) prática social adotada em coerência com a teoria agroecológica; c) movimento social que mobiliza agentes sociais envolvidos no desenvolvimento da agroecologia, assim como defensores da soberania alimentar, saúde ambiental, economia solidária e 80 ecológica, equidade entre homens e mulheres, e relações mais equilibradas entre rural e urbano.

A modernização da agricultura não foi capaz de acabar com a fome e a desnutrição no mundo. Precisamos pensar na produção, distribuição e acesso aos alimentos saudáveis através de conceitos como agroecologia,

segurança alimentar e soberania alimentar. A segurança alimentar é regida por esses princípios: segurança alimentar e segurança nutricional são auto dependentes; para garantir segurança alimentar e nutricional precisa haver participação de sociedade e do Estado; o direito humano à alimentação tem que ser considerado primordial (MALUF; MENEZES, MARQUES, 2000).

Os autores propõem esse conceito:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurar este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p. 4).

A Via Campesina defende a necessidade de ir além dessas questões, defendendo o conceito de soberania alimentar. Através dele ressalta-se o direito dos povos de estabelecerem suas políticas e regramentos relacionados à produção agropecuária e o mercado, protegerem a produção de alimentos nacional e disporem alimentos inócuos, nutritivos e ecologicamente sustentáveis (Declaración sobre la Soberanía Alimentaria de los Pueblos citada em Rosset, 2003).

**RESULTADOS E DISCUSSÕES** A revitalização dos espaços e a construção de cada horta comunitária foi desenvolvida de acordo com a realidade de cada espaço e comunidade. Das quatro hortas, somente em uma horta pedagógica foi possível realizar o preparo do solo e dos canteiros de forma mecanizada, contando com o apoio da SMAPA. Nas demais, foi necessário realizar o preparo com ferramentas manuais, contanto exclusivamente com pás, enxadadas e ancinhos.

Outra situação inicial de grande importância é que justamente nos dois locais onde foram implantadas as hortas comunitárias, os locais estavam abandonados e eram utilizados como espaço de descarte de materiais orgânicos e secos. Essa questão trouxe grande dificuldade inicial, pois antes de se preparar essas áreas para o cultivo, foi necessário realizar a limpeza. Até hoje ao se revolver a terra encontramos resíduos que são coletados e enviados para o devido descarte. Eventualmente são encontrados novos materiais descartados, o que reforça o nosso planejamento de realizar alguma atividade de educação ambiental nessa temática para as comunidades. Uma das dificuldades que são de certo modo um impeditivo inicial à compreensão sobre o tema é que sequer o poder público municipal realiza a coleta seletiva de lixo urbano.

Posteriormente à limpeza da área pelos participantes, foram feitos canteiros e minhocário de bambu, cultura vegetal pré-existente no local (Figura 1). O corte desses vegetais foi fundamental para permitir a entrada de radiação solar nos canteiros e a sanidade e produção das hortaliças. Para a construção do minhocário, foram utilizados também esterco bovino trazidos de uma propriedade rural localizada próxima a uma das hortas, além de folhas e outros resíduos vegetais pré-existentes no espaço para produzir o composto orgânico para uso na horta localizada no Bairro São Paulo.



**FIGURA 1 – HORTA COMUNITÁRIA NA ONG CLUBE DE MÃE NOSSA SENHORA, BAIRRO SÃO PAULO, SANTANA DO LIVRAMENTO-RS /FONTE: AUTORES (2022).**



**FIGURA 2 – HORTA COMUNITÁRIA NO BAIRRO SIMÃO BOLIVAR, SANTANA DO LIVRAMENTO-RS /FONTE: AUTORES (2022).**

A escassez de recursos fez com que se aproveitasse recursos materiais disponíveis nos locais, como restos de materiais de construção para o cercamento das hortas (Figuras 1 e 2). Ao questionar sobre o motivo da presença desses materiais de construção nos espaços das duas hortas comunitárias, as lideranças ressaltaram que esses materiais servem justamente para a construção de moradias quando mais pessoas procuram esses espaços por não terem mais onde habitar. A tela adquirida com recurso do projeto foi suficiente para atender o cercamento de todo o perímetro de uma das hortas comunitárias (Figura 1), sendo que a outra localizada no Bairro Simão Bolívar foi cercada apenas com esses materiais de construção pré-existentes (Figura 2).

Outras iniciativas de reaproveitamento também podem ser ressaltadas. Foram encontradas plantas medicinais e algumas mudas de morangueiros. Essas mudas foram inicialmente replicadas para abastecer os canteiros da horta comunitária do Bairro São Paulo. Na safra passada, em virtude da falta de recursos para adquirir lona para cobrir os canteiros, por iniciativa da comunidade local, foram utilizadas sacolas plásticas para cobrir o solo e evitar o desenvolvimento de doenças fúngicas nos morangos, o que ocorre com grande frequência ao haver o contato dessas infrutescências com o solo.

Outro grande avanço, é que atualmente estão sendo disponibilizadas mais mudas de morangueiros propagadas vegetativamente às demais hortas comunitárias e pedagógicas. Em detalhe (Figura 3), podemos verificar muda de morangueiro em produção sendo cultivado na horta vertical que foi construída em um muro vazado, utilizando garrafas pet adquiridas de um grupo de coletores de materiais recicláveis do município.

Outra iniciativa muito interessante, realizada pela comunidade local, foi a construção de regadores artesanais (Figura 4), tanto na horta comunitária do Bairro São Paulo como na horta pedagógica do Lar de Infância Daniel Albornoz. Essas iniciativas foram relatadas como necessárias para a melhor distribuição e aspersão das gotas de água ao realizar a irrigação, especialmente das mudas que são mais sensíveis aos fortes jatos de água.

Cabe ressaltar que todas essas entidades já possuíam em sua trajetória alguma iniciativa ligada ao cultivo de hortaliças. A Universidade foi demandada por elas em função da necessidade de tornarem a produzir alimentos para a alimentação de crianças. A (re)construção ou reativação das hortas ocorreram sempre por meio de mutirões, permitindo que a produção das hortas comunitárias e pedagógicas fosse utilizada para o preparo de alimentos que são distribuídos às famílias e crianças assistidas de cada local. Contudo, o que se percebeu foi que sem a mobilização da comunidade acadêmica ao haver um novo ciclo produtivo, três dessas quatro hortas teriam voltado a sua inativação e desistência pelas comunidades locais. Inclusive em uma das hortas, até mesmo se encontrou ferramenta enterrada na área, demonstrando que maior conscientização se faz necessária sobre os cuidados a serem tomados com itens essenciais para a produção e que são de simples conservação.

Também nos faz ter mais força e inspiração para continuar a cada novo participante voluntário integrando as equipes nos mais diferentes elos dessas hortas coletivas. Contudo, nem todas as iniciativas locais



**FIGURA 3 – DETALHE DO SISTEMA DE CULTIVO DE HORTA VERTICAL EM MURO, UTILIZANDO GARRAFAS PET RETORNÁVEIS NA HORTA COMUNITÁRIA NO LAR DE INFÂNCIA DANIEL ALBORNOZ, SANTANA DO LIVRAMENTO-RS. FONTE: AUTORES (2022).**



**FIGURA 4 – DETALHE DO SISTEMA DE IRRIGAÇÃO UTILIZANDO EMBALAGEM DE PRODUTO DE LIMPEZA NA HORTA COMUNITÁRIA NA ONG CLUBE DE MÃE NOSSA SENHORA, BAIRRO SÃO PAULO, SANTANA DO LIVRAMENTO-RS. FONTE: AUTORES (2022).**

atingiram os objetivos iniciais estabelecidos. Destaca-se a tentativa de replicação de mudas de morangueiro em garrafas pet que a comunidade fez. Utilizaram brotações das mudas inicialmente replicadas como fizemos no canteiro, adicionaram por iniciativa própria o composto do minhocário, mas sem perfurar as garrafas no fundo. Isso fez com que o acúmulo de água após a chuva ocasionasse a morte das mudas e minhocas. No entanto, isso nos motiva grandemente, pois percebe-se que mesmo ainda sem todos os conhecimentos necessários, há a vontade de propagar e dispersar esse trabalho por parte da comunidade. Um outro exemplo foi o recente recebimento de doação de mudas de espécies de frutíferas propagadas por sementes, atividade realizada por iniciativa própria de uma discente que até então não integrava o projeto, servindo para nos ensinar que a solidariedade gera cada vez mais frutos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** Mesmo com escassos recursos, diversas foram as iniciativas promotoras de melhores técnicas conservativas e de sustentabilidade para o ambiente e para os sistemas de base agroecológica. Essas iniciativas coletivas de aproveitamento de materiais partiram de todos os elos dessa integração (comunidade, estudantes, egressos e docentes), fazendo dessas trocas intensas experiências e aprendizagens do que significa fazer parte do projeto.

Observa-se como uma tendência premente e desafiadora a educação ambiental continuada, buscando-se cada vez mais práticas integradoras entre as distintas esferas da sociedade civil e privada para trabalhar nessas formações. Um dos exemplos de futuras atividades previstas para o desenvolvimento desse projeto será a capacitação da equipe técnica como futura formadora das hortas comunitárias e pedagógicas de acordo com suas distintas realidades, buscando parceiros e lideranças comunitárias e escolares para troca de experiências e também para atuarem como replicadores desses conhecimentos. Essa interação entre diferentes realidades trará muitos ganhos, permitindo aprendizagem e troca de saberes entre todos os integrantes desse projeto, trazendo muitos ganhos sociais e acadêmicos.

Além disso, percebe-se que há a necessidade de trabalhar o fortalecimento dos grupos para garantir a continuidade das hortas. Somente com ações voltadas ao pertencimento das comunidades aos espaços coletivos de cultivo e troca de saberes agroecológicos haverá a superação desse que é o maior de todos os desafios, persistir no tempo e no espaço com essas hortas comunitárias e pedagógicas, que são locais e meios de garantir melhores condições de resiliência e de vida.

#### REFERÊNCIAS

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

LEFF, E.; ARGUETA, A.; BOEGE, E.; GONÇALVES, C. W. P. **Más allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina**. In: LEFF, E. *et al* (Org.) *La transición hacia el desarrollo sustentable: perspectivas de América Latina y el Caribe*. México: INE-SEMARNAT, UAM, PNUMA, 2002, p. 477-576.

MALUF, R. S. J.; MENEZES, F.; MARQUES, S. **Caderno 'Segurança Alimentar'**. 2000. Disponível em: [http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias\\_Maluf\\_Menezes\\_2000\\_por.pdf](http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf). Acessado em 21 de ago. 2023.

PETERSEN, P. **Agroecologia e a superação do paradigma da modernização**. In: Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. Curitiba: Kairós, 2013, p. 69–p.104.

PETERSEN, P. **Agroecologia em construção**. In: ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular/ASPTA, 2012, p. 07–14.

PETERSEN, P. **Sistematização: a transformação de vivências em conhecimentos**. Revista Agricultura: Experiências em Agroecologia. AS-PTA, 2006, V. 3, N.2, p. 2.

ROSSET, P. M.; BARBOSA, L. P. **Territorialização da Agroecologia na Via Campesina**. Agroecologia/ECOECO. Boletim n.39, edição especial. Publicado em jul. 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. RJ: Garamond, 2000.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Report Our Common Future**. United Nations, 1987.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação**. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 11–34.